



**ACORDO ORTOGRÁFICO:
o discurso governamental da 5ª Edição**

Indianara Luzia Peron*

Thaiza Torres dos Santos**

RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma análise sobre o novo acordo ortográfico, visando o discurso governamental. Desde a colonização linguística tenta-se unificar a língua dos países lusófonos, tendo o poder político como impulsionador desta unificação. O novo acordo ortográfico gera muitas mudanças, como atualização de livros, revistas, jornais e *sites*. As opiniões sobre a nova ortografia despertam dúvidas, pois os países da comunidade lusófona possuem uma cultura própria. Vários os fatores que contribuem para a busca dessa unificação, uma delas é o uso de duas ortografias, que se torna prejudicial à unidade intercontinental da língua.

Palavras-chave: Acordo ortográfico. Comunidade lusófona. Discurso governamental. Unificação.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa realizada por acadêmicas do curso de Letras do segundo semestre na Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), *campus* de Sinop-MT, Brasil. Trabalho de pesquisa bibliográfica sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, os meios de pesquisa utilizados foram livros e *sites* específicos. Discorreremos sobre a temática que envolve o novo acordo ortográfico que entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2013. Abordamos a Língua Portuguesa no século XXI pensando na

* Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

** Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

corporeidade com relação à ordem política, que movimenta estas mudanças na língua. A comunidade lusófona alcança os 200 milhões de falantes, sendo que o Brasil constitui 80% deste total. Além de conhecer as novas regras do acordo, também observamos os custos, os conflitos linguísticos e diversas opiniões a respeito. Cada mudança na gramática de uma língua envolve várias questões a serem analisadas como; novas edições de livros, revistas e dicionários, que de certa forma envolve um alto custo para o governo.

2 A LÍNGUA PORTUGUESA NO SÉCULO XXI

Ao analisarmos o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no século XXI, nos deparamos com um discurso governamental que coloca mudanças na escrita como algo ‘supérfluo’, ou seja, o acordo é visto como um aperfeiçoamento e facilitação no uso da língua portuguesa. Eliminar acentos, unir palavras ou separá-las por meio de hífen envolve uma ‘simples’ questão de tempo para nos aperfeiçoarmos, conforme o discurso governamental.

De acordo com os membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), esse novo acordo é uma forma de tornar a língua portuguesa oficial, visto que, os países lusófonos antes do acordo, possuíam uma escrita própria, fazendo com que esta língua não interagisse com os países considerados de primeiro mundo. Na realidade essa proposta não passa de um discurso governamental ligado a situações políticas, já que uma escrita única se torna mais fácil para negociações e assinaturas de contratos internacionais.

O estudo aqui apresentado nos remete a refletir sobre o modo de falar e não só de escrever. Segundo Alpheu Tersariol (2009, p. contracapa), membro da Academia Brasileira de Letras, “É meramente impossível consenso no modo de falar. É possível, no entanto, um consenso no modo de escrever”, em seu pensamento, duas grafias se faz prejudicial à unidade intercontinental, isto é, dificulta as relações entre os países de língua portuguesa e também em relação as outras nações.

Podemos dizer que seria justo falarmos a língua brasileira, mas pelo processo de colonização linguística somos assujeitados a denominar a língua falada no Brasil como língua portuguesa e não brasileira, que causa inconveniência aos brasileiros. Ao estudarmos a Colonização Linguística, Bethania Mariani (2004, p. 18), nos diz o seguinte: “[...] não se pode esquecer que o português brasileiro e o português de Portugal se historicizaram de modos diferentes, possuem memórias diferentes, sendo, portanto, línguas que significam de maneiras diferentes”.

Portanto, a unificação da língua portuguesa agirá de forma diferente para cada indivíduo que necessite dela, além disso, a identidade da língua passa por um processo de esquecimento, assim como aconteceu com os falares indígenas no início da colonização do Brasil pelos portugueses. Na pesquisa realizada, encontramos em livros e revistas opiniões diversas, desde aquelas que aceitam outras que acham desnecessários e algumas que concordam e fariam mais mudanças.

Destacaremos, a seguir, opiniões distintas retiradas da revista **Veja** da edição 2025 de 2007 em sua versão *online*. São professores, escritores, cantores:

A unificação já devia ter ocorrido antes. É uma medida civilizada. A diferença na escrita dos países que falam português atrapalha o intercâmbio econômico e editorial. Como toda reforma, essa proposta tem suas falhas. Mas acho ótimo, por exemplo, o fim do trema. Sou a favor de tudo que vai no sentido da simplificação. Lya Luft, escritora e colunista da revista VEJA.

Sou contra o acordo. Sei que isso é um tiro no próprio pé, pois, se o acordo passar, vou ser chamado para fazer muitas palestras. Mas não quero esse dinheiro, não. Com outro espírito, outra proposta, uma unificação talvez fosse possível. Mas esta é uma reforma meia-sola, que não unifica a escrita de fato e mexe mal em pontos como o acento diferencial. Vamos enterrar dinheiro em uma mudança que não trará efeitos positivos. Pasquale Cipro Neto, professor de português.

Creio que a unificação do português tem um sentido político positivo. Aumenta o conceito da língua como nação. A adaptação talvez seja difícil. Mas a língua é um organismo vivo e vai seguir em frente. No meu trabalho de compositor, a ortografia repercute pouco. Nas letras de rock, a gente trabalha com a informalidade, com a fala da rua. Tony Bellotto, músico.

Do ponto de vista político, a unificação ortográfica é importante. Implica numa maior difusão da língua portuguesa nos seus textos escritos. Mas a reforma poderia ter avançado mais e de forma mais inteligente na racionalização dos acentos e do hífen. As regras ainda são pouco acessíveis para o homem comum. Evanildo Bechara, gramático, membro da Academia Brasileira de Letras.

Podemos identificar nas entrevistas, diferentes formas de aceitação do acordo. O fato de serem pessoas que estão diretamente ligadas ao uso constante da escrita a mudança não é difícil. A realidade para o homem comum é outra, pois não tem acesso a essas mudanças e a maioria desconhece o acordo.

A opinião do professor Pasquale é sucinta em dizer que o acordo não é completo, defende que o uso do acento diferencial para uma mesma palavra deixa de ser único, portanto não há unificação, ao contrário da escritora Lya Luft, que coloca o acordo como instrumento de simplificação na hora da escrita.

O discurso governamental materializado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), justifica a aprovação do acordo através de pontos positivos e que serão benéficos para todos

aqueles que utilizam da gramática portuguesa, o que não é levado em consideração é a questão de cidadania e cultura linguística que cada país possui. A cultura linguística é atropelada e deixada de lado, pois o acordo é colocado como uma necessidade e o resultado disso é fazer com que os países lusófonos utilizem de uma mesma gramática.

O Novo Acordo já foi aprovado e ratificado, mas essa é uma conquista que passou por muitas negações, vindas desde o Diretório dos Índios feito por Pombal em 1759. A tentativa maior é de fazer com que a língua portuguesa se torne civilizada e deixar de ser um problema nas relações entre a comunidade lusófona.

O problema de unificação da língua passou pelo primeiro experimento em 1911 e só vinte anos mais tarde, em 1931, Portugal e Brasil decidiram testar as mudanças, mas houve divergências e falta de concordância em alguns pontos, o acordo não vigorou. Foram inúmeras as tentativas, desde o primeiro acordo, mas em Novembro de 1990 o atual acordo foi assinado. Ficou, assim ratificado e a expectativa é que o português do Brasil e o português de Portugal se tornem a mesma língua.

O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), quando do seu texto de apresentação do prólogo da 5ª edição à Língua portuguesa do século XXI, afirma que; “o que se deve exaltar é o desejo de não impor nada, as nossas autoridades trabalhando pacientemente, com o apoio da ABL, para que a unificação se faça com a adesão de todas as nações concernentes”. Na realidade, não houve uma aceitação pacífica entre os países lusófonos quanto a todas as mudanças do novo acordo. O Brasil por ter maioria de falantes da língua portuguesa se coloca no direito de impor uma unificação na língua, já que sente-se prejudicado nas relações políticas com os outros países.

Elaborando este Novo Acordo Ortográfico cabe a Academia Brasileira de Letras (ABL) adequação a esta comunidade lusófona. Para seus componentes, “premente é a necessidade de unificação da terminologia científica e técnica, no caso envolvendo grande interesse econômico, dadas as características vigentes de globalização”. Isso remete-nos às relações internacionais, em que o Português não é visto como língua oficial e dificulta as relações internacionais abalando a economia.

Como já foi mencionado, existe um discurso governamental para a unificação da língua portuguesa entre os países lusófonos. Mas se estes países falam Português, porque existe então esta diferença? Para compreendermos esta questão visaremos a colonização linguística feita por Portugal. O Brasil entre outros países foi colonizado por Portugal, mas em cada país há uma cultura e com esta diversidade cultural também ocorre uma diversidade

linguística, pois a forma escrita é posterior a oral, ou seja, o que em uma cultura é falado, tende a incluir as palavras do cotidiano no vocabulário.

Concluimos que o acordo atual é um discurso governamental buscando facilidades na comunicação política com os outros países falantes da Língua Portuguesa. Um processo que vem se arrastando há muitos anos e que mesmo assim não ocorre uma aceitação ‘amigável’ de unificação.

O que não podemos esquecer é o problema enfrentado pelos estudantes para reverter as regras antigas para as atuais. A dificuldade está em diferenciar o que antes era certo e que agora não é mais, isso também coloca o professor em uma situação ‘delicada’, pois ele cobrava o aluno para seguir a gramática de forma correta e agora ele terá que mudar todo aquele trabalho de formação do aluno e fazer com ele faça uma distinção das regras.

A política está totalmente relacionada a esse discurso e nós, cidadãos, não tivemos uma prévia do que seria o acordo, simplesmente foram feitas as alterações e nos cabe tentar entender e aceitar. Levar em consideração apenas os problemas intercontinentais no âmbito político torna-se fácil para os membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), escritores, professores e todos os intelectuais. No entanto, o jovem que já está concluindo do ensino médio e que por diversos fatores não entrarão no ensino superior, terão dificuldades para se adequar a todas as mudanças do novo acordo, assim como os jovens que já estão na universidade.

O discurso político é um tanto convincente quando trata algumas retiradas ortográficas como “supérfluas”, a visão que temos é outra. Será um processo de adaptação em longo prazo, pois precisaremos de muita leitura e dispor de um VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa) sempre que surgir uma dúvida na hora da escrita.

ORTHOGRAPHIC AGREEMENT: governmental speech of the 5th Edition

ABSTRACT¹

This paper is the result of an analysis about the new Orthographic Agreement, aiming the governmental speech. Since the linguistic colonization it is attempted to unify the language of the Lusophone countries and the politics power is the propelling of this unification. The new Orthographic Agreement causes many changes as the updating of books,

¹ Tradução por Juliana Freitag Schweikart (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

magazines, newspapers and websites and also the opinion about the new orthography arouse doubts because the countries of Lusophone communities has different cultures. Many reasons contribute to the seeking of the unification of the language and one of them is the use of two orthographies that are adverse to the intercontinental unit of the language.

Keywords: Orthographic Agreement. Lusophone Community. Governmental Speech. Unification.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **VOLP** – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Global, 2009.

MARIANI, Bethania. In. **Colonização linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

TERSARIOL, Alpheu. In. **Como era, como fica: o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Fapi, 2009.

VEJA: revista semanal. São Paulo: Editora Abril, ed. 2025, ano 40, n.36, 12 set. 2007. Disponível em <http://veja.abril.com.br/120907/p_088.shtml>. Acesso em: 13 out. 2012.